

Cidade “Linda” para Quem? “Limpeza” na Cracolândia, Região Central da Cidade de São Paulo

FABIANA FLORIO DOMINGUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
fabianafd@gmail.com

CIDADE “LINDA” PARA QUEM? “LIMPEZA” NA CRACOLÂNDIA, REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de revelar como a prática de recuperar no âmbito das cidades, a partir de ações de higienização e gentrificação, é percebida por pessoas que opinaram sobre a ordem dada e executada para retirada de pessoas da cracolândia na cidade de São Paulo. Procuramos interpretar, por meio da análise de conteúdo, os comentários, feitos por leitores, publicados em duas reportagens do portal *online* de notícias G1. As análises apontaram que a maior parte dos opinantes não percebem a ação no âmbito das cidades, absorvendo o discurso midiático que envolve questões relevantes ligadas a violência e bem-estar social. Entre os que fazem referência aos atos, relacionando-os com a existência urbana, estão polarizados entre os apoiadores que enaltecem a ação do prefeito e a necessidade de limpar e revitalizar a área. Os que se posicionaram contrários aos atos, percebiam a ação como violenta provocando sentimentos de vergonha e tristeza.

Palavras-chave: cidades; higienização; gentrificação; prática de recuperar.

1 INTRODUÇÃO

*Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem, principalmente,
que faço parte dessa gente que pensa que
a rua é a parte principal da cidade.
(Paulo Leminski)*

Cidades com avenidas largas, bem projetadas, “higiênicas” de estilo *clean*, a cidade à altura dos olhos, na qual tudo se pode ver e admirar, uma cidade que “só é possível, do modo como a vivemos hoje, se o corpo e seus dejetos somem dos olhos” (SOUZA; BECHLER, 2008, p. 396). Na maioria das vezes esses “dejetos” são pessoas, parte da população, aquela parte que deveria ser assistida pelo poder público, mas que é abandonada à própria sorte, mas que a razão dominante e abastada “gostaria de limpar a cidade, homogeneizando seus múltiplos odores e ruídos em uma dimensão desvitalizada e controlável” (VENTURINI, 2009, p. 204).

O problema é que se trata de pessoas, seres humanos, indivíduos esquecidos, indesejados, aqueles que se não se pode ver, não existem. Mas, como fazer para “empurrar para baixo do tapete” uma realidade que pode ser vista pela janela do carro, ou de prédios bonitos de escritórios, que está à vista do comércio, se “eles” estão ali nas ruas, nas praças, “manchando” a vizinhança? Revitalizando, valorizando a região para que possa ser devidamente “comprada” e reapropriada por “novos” moradores.

Nesse contexto, ações de higienização e gentrificação têm sido cada vez mais comuns nas grandes cidades, sejam elas nacionais ou internacionais, bem como tema de interesse em diferentes áreas do conhecimento. Alguns exemplos dessas práticas em outros países podem ser vistos nos trabalhos de Pereira (2015), na cidade de Lisboa; Hedin *et al* (2012) em três cidades

suecas: Estocolmo, Gotemburgo e Malmo; Laam (2012) na cidade de Nova York; entre outros. No Brasil, autores como Jayme e Neves (2010) analisaram a retirada dos camelôs do centro de Belo Horizonte - Sociologia; Loureiro e Amorin (2013) investigaram a requalificação de uma área tombada no centro do Recife para que fosse possível a construção de duas torres de edifícios que destoam da arquitetura histórica do local; Soares (2006) que discutiu transformações urbanas na cidade de Porto Alegre; entre outros.

Outro exemplo, ocorrido recentemente na maior cidade do país pode ser analisado na mesma pauta de “limpeza e organização urbana”. No último dia 21 de maio de 2017, o então prefeito da cidade de São Paulo, João Dória (PSDB), ordenou uma ação policial com mais de 800 policiais. A notícia foi amplamente veiculada em diferentes mídias: jornais televisivos locais e nacionais; a mídia impressa (O Globo, Estadão, Folha de São Paulo, Metro etc.) e *online* (portal de notícia G1¹, BOL/UOL², Valor Econômico³, Carta Capital⁴ etc.); além de ilustrar páginas *online* na imprensa internacional (BBC⁵, Daily Mall⁶, portal de notícias na Nova Zelândia⁷ e Japão⁸, New York Post⁹, entre outros). A ação em si já é estarrecedora, vista por parte da população como um ato de arbitrariedade, pois fere questões relacionadas à direitos humanos mundialmente reconhecidos. Prova disso é que o ato do prefeito foi encaminhado como denúncia para julgamento na ONU (Organização das Nações Unidas), conforme relatado em uma reportagem do portal de notícias UOL¹⁰.

Não cabe aqui discutirmos questões relacionadas a drogadição, abandono dessas pessoas pelo poder público, ou a ausência de políticas públicas que olhem para esses indivíduos como cidadãos de direito que os são. Nosso intuito é discutir, no âmbito das cidades, práticas higienistas, excludentes e segregacionistas relacionadas ao processo de gentrificação, travestidas em ações de revitalização dos centros urbanos. Para tal, empreenderemos uma discussão teórica a respeito da prática de recuperação dos espaços nas cidades. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo **revelar como a prática recuperar no âmbito das cidades, a partir de ações de higienização e gentrificação, é percebida por pessoas que opinaram sobre a ordem dada e executada para retirada de pessoas da cracolândia na cidade de São Paulo.**

Assim, ao tentar responder a questão aqui proposta, tomamos por base os pressupostos da pesquisa qualitativa, que segundo Triviños (1987), se mostra mais apropriada ao levar em conta elementos como subjetividade e validade conceitual. Assim, levantamos os comentários de leitores, publicados nas duas reportagens veiculadas no portal de notícias G1, que foram

1 <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/onu-e-cidh-condenam-uso-excessivo-da-forca-durante-protestos-no-brasil.ghtml>> Acesso em 27 maio 2017.

2 <<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2017/05/22/operacao-policial-dispersa-usuarios-da-cracolandia-pelo-centro-de-sao-paulo.htm>> Acesso em 27 maio 2017.

3 <<http://www.valor.com.br/politica/4979354/cracolandia-alkmin-e-doria-sao-chamados-de-fascistas-e-higienistas>> Acesso em 27 maio 2017.

4 <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-vez-de-acabar-cracolandia-muda-de-endereco>> Acesso em 27 maio 2017.

5 <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-39994177>> Acesso em 27 maio 2017.

6 <<http://www.dailymail.co.uk/wires/ap/article-4527634/Sao-Paulo-police-mount-operation-clean-crackland.html>> Acesso em 27 maio 2017.

7 <http://www.nzherald.co.nz/world/news/article.cfm?c_id=2&objectid=11861180> Acesso em 27 maio 2017.

8 <<http://www.japantimes.co.jp/news/2017/05/22/world/crime-legal-world/sao-paulo-police-en-masse-make-sweep-citys-crackland-bid-bust-drug-tradew/#.WSnjNGjyvIU>> Acesso em 27 maio 2017.

9 <<http://nypost.com/2017/05/22/violent-crackdown-in-crackland/#1>> Acesso em 27 maio 2017.

10 <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/30/entidades-pedem-que-onu-cobre-governo-brasileiro-sobre-abusos-na-cracolandia-de-sp.htm>> Acesso em 31 maio 2017.

organizados categorizados a *posteriori* com as temáticas que emergirem dos dados coletados, para, finalmente, serem interpretados de acordo com o referencial teórico aqui construído.

Este artigo apresenta além desta introdução, na seção dois o referencial teórico que serviu de base de análise e interpretação no qual discutimos o processo de gentrificação em cidades brasileiras e três casos internacionais, buscando justificativas e ação da mídia; seguido por aspectos metodológicos, análise dos dados e considerações finais, além das referências utilizadas.

2 CIDADE, GENTRIFICAÇÃO E MÍDIA: JUSTIFICATIVAS E INTERESSES

Anterior a toda discussão a respeito sobre “requalificação”, “revitalização”, “recuperação”, “embelezamento”, enfim, todos os eufemismos utilizados para dirimir os efeitos dos processos de gentrificação e higienização é tentar responder o que é cidade. Muitos pesquisadores, em diferentes áreas do conhecimento, têm se proposto a este feito, vejamos aqui a definição de Saraiva e Carrieri (2012, p. 552)

A cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico; tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais que implicam a construção de uma identidade local, o que se refere à cidade em si e à gestão desse complexo.

Para Santos (2006, p.59) a cidade ultrapassa o espaço físico, ou seja, “o espaço geográfico é muito mais do que simples oferta de caminhos, ainda que também seja isso”, se caracteriza numa noção de intencionalidade, presente na concepção do espaço. A cidade não pode ser pensada apenas em seu quadro físico, ou como meio ambiente urbano, uma vez que tais abordagens deixam de fora seu conteúdo de prática socioespacial que a molda e, de certa forma, a constrói. Ou seja, enxergar a cidade para além de seus aspectos físicos proporciona uma análise que busca desvendar a própria realidade urbana (CARLOS, 2007). Pensavento (2007, p. 14) define a cidade como

concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do ‘habitar’, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do ‘humano’: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais.

Corroboramos com os autores e suas diferenças, no sentido que não se pode pensar a cidade sem levar em conta seu fator humano. Podemos dizer ainda que o acúmulo de conhecimento a respeito das cidades amplia possibilidades das análises urbanas, viabilizando outras compreensões a respeito da realização da vida humana, reunindo saberes de sua realidade material e relações sociais (CARLOS, 2007).

Para além da frieza da materialidade urbana representada por pedras, cimento, ferro, vidro e asfalto, é preciso pensá-la como espaço no qual “os saberes se cruzam e se defrontam, ao tomar a cidade como objeto de preocupação, de elaboração de conceitos e execução de práticas” (PENSAVENTO, 2007, p. 19). Assim, busca-se pensar a cidade em toda a sua complexidade enquanto construção humana, produto da relação entre a sociedade e a natureza. As contradições nos movimentos sobre as práticas socioespaciais representam a tentativa humana na construção de um mundo objetivo, que ao mesmo tempo confere sentido e finalidade à materialidade urbana (CARLOS, 2007).

As interações sociais e as formas de apropriação, a partir das diferentes atividades humanas, transformam os significados dos espaços urbanos, convertendo-os em lugares relacionais e históricos. Bretas e Saraiva (2009), analisaram 22 matérias publicadas no Jornal Estado de Minas, durante o ano de 2012, que traziam como tema a questões relacionadas a “da apropriação” das ruas da cidade de Belo Horizonte por flanelinhas e guardadores de carros. Nesse estudo os autores revelam a necessidade exposta de controlar não apenas os usos dos espaços da cidade, quanto o controle territorial exercido por seguimentos da sociedade. Controle esse exercido de maneira intencional, no sentido de organização espacial em diferentes níveis, sob a forma de legitimação dos serviços privados de “*vallet*” e a estigmatização dos flanelinhas e guardadores. Uma mercantilização da cidade, justificada pelo bem-estar, organização, conforto e segurança identificada no discurso dos usuários dos *vallets*. De outro lado, o controle e intencionalidade ao direcionar os usos do espaço, criando limites de territórios simbólicos, ocultos pelo discurso da regulamentação, com o objetivo de simular práticas de controle que delimitam os espaços próprios para “uns” e proibidos para “outros”.

Também na cidade de Belo Horizonte, Carrieri, Maranhão e Murta (2009), investigaram a “remoção” de camelôs das ruas, ou seja, do espaço público, para um local privado. Um cenário urbano caótico é montado, primeiro se constrói, por meio de discursos, uma imagem ruim da cidade e seus espaços, em seguida propõe-se um projeto de revitalização e, assim está construída a justificativa para “limpeza” das ruas. Casos como esse trazem à baila ações de higienização, primeiro passo para “revitalização”, restauração do patrimônio histórico da urbe.

A prática organizativa de recuperar, no âmbito das cidades, prevê readequações materiais e simbólicas no espaço urbano. Entretanto, Viegas e Saraiva (2015) alertam para atenção aos interesses envolvidos (o quem e o porquê) nas relações público-privadas, possivelmente estabelecidas. As chamadas revitalizações têm revelado interesses econômicos cada vez maiores, encobertos intencionalmente por questões sociais relevantes como combate a violência, bem-estar da população em geral, recuperação de patrimônio público etc. Contudo, estudos desenvolvidos ao longo de décadas demonstram que o “embelezamento” dos grandes centros contribuí de maneira significativa para o aumento da desigualdade social, empurrando as classes de baixa renda cada vez mais para as periferias das cidades (CARVALHO, 2000), além de aumentar a segregação e exclusão sociais (WACQUANT, 2010).

Segundo Duarte e Czajkowski Júnior (2007), a mídia se apresenta como elemento diretamente envolvida no processo de valorização para posterior “venda” da urbe, transformando-a em um produto a ser consumido por alguns, social e economicamente, privilegiados. A divisão em quem pode ou não consumir a cidade sugere que essa cidade-produto não está disponível no mercado para atender as necessidades da população, mas para o favorecimento de determinados grupos sociais. Dessa maneira, o que se vende é a ideia de que a cidade está se desenvolvendo e conseqüentemente toda sua população será beneficiada em algum grau. Uma visão claramente distorcida da realidade social, provocada por uma leitura dos fatos baseada apenas na noção de mercado.

Nesse sentido, Canclini (2002) chama atenção para o panorama exposto pela mídia – jornais impressos, rádio e televisão – que ao narrar e descrever a cidade, representam-na como produto a ser consumido, transformando os cidadãos em clientes. Esses cidadãos-clientes atuam como legitimadores da fragmentação dos espaços e da veracidade da propaganda para “vender” a cidade aos que podem “comprá-la”. Mídias de comunicação não apenas preocupadas em legitimar a desigualdade, mas cientes de sua função maior em reproduzir a ordem social tal qual como esta se apresenta, possibilitaria ter “não apenas cidadãos imaginados pelos meios, mas imaginados pelos cidadãos. Talvez, assim, os meios compartilhem esta abundância com aqueles que lhes são tão fiéis a partir de culturas da privação” (CANCLINI, 2002, p.52). Para Velho

(2008) as mídias, entre elas a televisão com maior destaque, servem como intensificadoras e propagadoras dos mecanismos de discriminação existentes, indiferentemente do nível cultural, grupos de *status* ou categoria social, uma vez que criam referências comuns, como por exemplo, nas telenovelas.

2.1 Mais igual do que diferente, três casos de gentrificação pelo mundo

Segundo Shaw e Sullivan (2011), os estudiosos urbanos deram muita atenção aos processos simbólicos de inclusão e exclusão espacial, valendo-se, principalmente, do conceito de Zukin (2011) no qual a cultura – amplamente definida como uma fonte de imagens e memórias – é um meio sutil ainda poderoso através do qual os espaços da cidade são enquadrados e controlados. Dessa forma, espaços públicos são produzidos em parte com base em representações visuais que refletem as culturas e interesses de grupos particulares, muitas vezes à custa dos outros. Essa abordagem leva a análise urbana além da preocupação com o poder e os interesses das principais partes interessadas na concentração de elementos sutis, visuais e discursivos da diferenciação social-espacial (SHAW; SULLIVAN, 2011). Embora o espaço público seja inerentemente um espaço democrático, as elites são consideradas (pelo poder público) mais bem preparadas para construir e enquadrar as cidades, portanto, pertencer a espaços públicos particulares é um processo simbólico que é negociado ativamente por todos os moradores urbanos (ZUKIN, 2011).

Pereira (2015) investigou o processo de gentrificação, ocorrido em Lisboa, que transformou uma área historicamente industrial, comercial e operária, em um complexo residencial, com espaços de lazer, escritórios e alto padrão de consumo. A escolha da localização para o Parque das Nações tem a ver com a visibilidade local, um espaço altamente frequentado, mas também porque é um espaço reconhecido por seu forte significado simbólico. A ação de “revitalização” da área portuária levou ao apagamento da história da classe trabalhadora, afetando a memória do lugar, chave na relação entre moradores urbanos e a cidade. Além disso, caracteriza como a forma com que os espaços públicos urbanos são reconceituados esteticamente reflete o jogo das relações de poder entre os diversos atores urbanos, em práticas reais que visam tornar esses espaços planejados, socialmente controlados e privatizados.

Um extenso mapeamento, realizado por Hedin *et al* (2012), apontam mudanças geográficas e sociais nas políticas habitacionais em três das maiores cidades da Suécia (Estocolmo, Gotemburgo e Malmo), entre os anos de 1986 e 2001. Essa análise revelou que as mudanças promovidas no processo de recuperação de espaços nessas cidades, aumentou ainda mais a desigualdade social e, conseqüentemente, a polarização geográfica social em áreas de concentração de pessoas de baixa renda, promovendo crescentes lacunas de bem-estar social nas condições habitacionais decorrentes de políticas públicas neoliberais.

Laam (2012) analisou o processo de gentrificação, sob o argumento de reduzir o ruído e controle das multidões, com e contra a vida noturna na cidade de Nova York, ocorrida entre os anos de 1979 e 1988. Em seu levantamento a autora afirma que os interesses eram claramente melhorar a imagem da cidade, aumentar as receitas de turismo e valores imobiliários em certas regiões, atendendo a interesses de políticas econômicas neoliberais. Nesse sentido, a decisão do então prefeito, Ed Koch, foi mudar regras regulatórias para as casas noturnas e reforçar a aplicações de leis para que a cidade pudesse ficar em consonância com os padrões de qualidade de vida dos proprietários residenciais, de classe média alta, donos de imóveis em áreas abandonadas do centro da cidade. A aplicação das novas regras, independentemente do

tamanho, ou tipo de casa noturna, provocou muitos conflitos e problemas financeiros aos estabelecimentos considerados por muitos como subcultura, portanto, indesejáveis naquela região. Essa desqualificação da vida noturna local legitimou ações de intenso policiamento naqueles estabelecimentos.

Tanto em Nova York, Lisboa, quanto nas três cidades suecas, o remanejamento das populações de baixa renda – de atividades consideradas impuras e desagradáveis – para outras partes, menos “nobres” da cidade, áreas metropolitanas, para novas construções é uma das formas com a qual este urbano aponta para um processo de mudança. As mudanças provocadas aumentam a fragmentação da urbe e contribui significativamente para reprodução das desigualdades sociais incorporadas no tecido urbano. Essa forma de recuperação da cidade, que apaga o passado e a história de antigos moradores, que muitas vezes fere os direitos humanos, constituem formas de violências materiais e simbólicas que ampliam a segregação econômica, racial e social. Ou seja, não é possível desprezar o fator político envolvido e questionar a que interesses está se buscando atender.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A partir dos preceitos da pesquisa qualitativa, buscamos analisar os dados coletados por meio da análise de conteúdo a *posteriori*. Entendemos que essa análise se dá a partir de condições textuais, sob uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, levando-se em consideração seus componentes cognitivos, afetivos, valorativos e ideológicos. Assim, dando significado ao objeto, de acordo com a perspectiva teórica do pesquisador em relação ao objetivo do estudo (FRANCO, 2003).

Assim, o *corpus* de análise é formado por um total de 540 comentários feitos por leitores de duas reportagens divulgadas no portal de notícias G1. A primeira notícia, publicada no dia 23 de maio de 2017, que traz a manchete “Três ficam feridos na Cracolândia após Prefeitura demolir muro” é composta por 299 comentários; a segunda, com data de 24 de maio de 2017, tem como título “Doria diz que 'não há possibilidade de recuo' nas ações na Cracolândia”, possui 241 comentários. Os enunciados produzidos e publicados remetem à opinião dos leitores sobre a ação da Prefeitura de São Paulo que, conforme descrito nas reportagens, promete “limpar” o centro da cidade, para construção de “moradias populares”, numa parceria público-privada (G1, 2017). A escolha dessas duas matérias se deu especificamente porque a primeira trazia o fato da ação, orquestrada pelo prefeito, que provocou vítimas, já a segunda dava a notícia sobre um protesto realizado por outros moradores da região e parentes dos antigos moradores, indignados com o ato violento promovido.

O primeiro passo foi organizar todos os comentários com o objetivo de excluir aqueles que remetiam a ofensas pessoais trocadas entre os internautas, e também comentários que não apresentavam significados, ou que representavam onomatopeias, num total de 232 comentários. O restante (308 opiniões) foi separado em quatro grupos: aqueles que apoiaram a ação, mas não fizeram referências à revitalização, recuperação ou limpeza da cidade, com 173 mensagens; aqueles que apoiaram o ato e mencionaram benefícios à cidade, no total de 58 comentários; os que ficaram contra a ação por questões relacionadas à direitos humanos – este não é o objetivo primeiro deste artigo, ainda que a questão perpassa os processos de higienização e gentrificação como já referido até aqui – com 53 considerações; aqueles que foram contra a ação e fizeram referência à cidade, totalizando 24 comentários. Procuramos concentrar as análises somente nas

82 mensagens, de apoio ou contrárias, mas que de alguma forma faziam menção ao nosso interesse neste trabalho, relacionadas à cidade de São Paulo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos 540 comentários feitos nas duas reportagens, destacamos cinco grupos distintos, conforme detalhamento no Quadro 1.

Quadro 1 – Organização e categorização dos dados

Posicionamento	Descrição	Quantidade	Análise
Neutro	Ofensas/onomatopeias	232	Descartado
Apoio	Não vinculado à cidade	173	Descartado
Contrário	Não vinculado à cidade	53	Descartado
Apoio	Vínculo à cidade	58	Utilizado
Contrário	Vínculo à cidade	24	Utilizado

Fonte: Quadro formulado pelos autores.

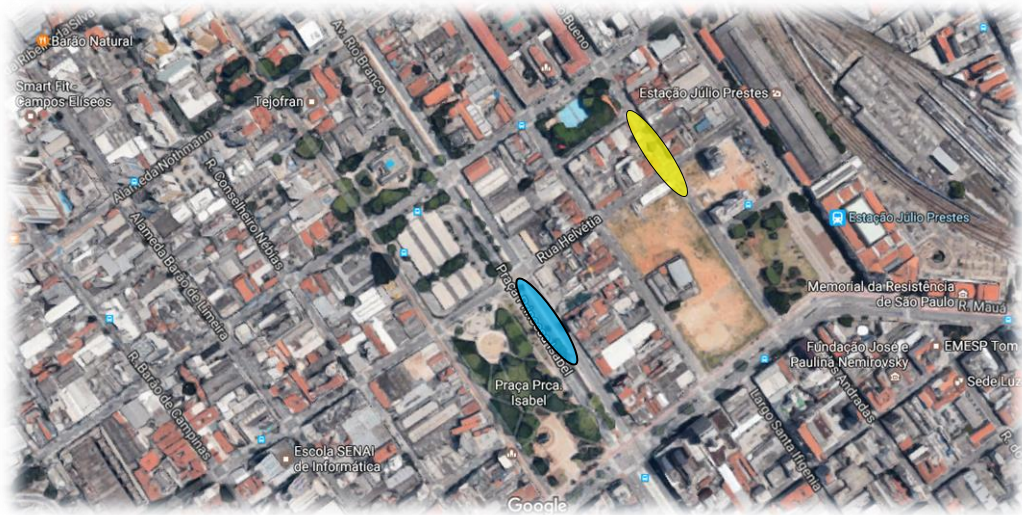
Desse modo, fizemos uso dos dois últimos grupos apresentados no Quadro 1, pois foram as pessoas que, contra ou a favor da intervenção realizada pela prefeitura, relacionaram suas opiniões, aos processos de higienização e gentrificação no âmbito das cidades. As categorias êmicas são também os títulos das próximas seções, nas quais analisamos os comentários selecionados.

4.1 Um passeio pela “cracolândia”

Segundo Maisonnave e Sant’Anna (2016), na região da Luz, no centro da cidade de São Paulo, centenas de usuários de drogas estabeleceram residência, há mais de 20 anos, ocupando uma quadra da Alameda Dino Bueno (ver Figura 1) – região demarcada em amarelo. Em referência a droga mais utilizada, a região ficou conhecida como “cracolândia”. Entretanto, nos últimos três anos as gestões dos governos estadual e municipal promoveram ações nas quais a repressão policial sobrepôs o interesse de tratamento para os dependentes (ver Figura 2).

Apesar do local ser considerado um dos pontos mais decadentes da cidade, a região da “cracolândia” é tida também como um dos espaços mais disputados do mercado imobiliário, nas palavras dos autores, “a Luz passou de um lugar com escassos serviços atuantes para um espaço de convergência de variados interesses” (MAISONNAVE; SANT’ANNA, 2016). Essas questões expõem disputas políticas, econômicas e sociais.

Figura 1 – Alameda Dino Bueno, Praça Princesa Isabel



Fonte: Aplicativo Google Maps.

Após a ação da prefeitura da cidade, as pessoas que antes ficavam na parte destacada em amarelo da Figura 1, migraram para a Praça Princesa Isabel (marcação azul, Figura 1), a menos de 500m do local anterior. A “limpeza da cracolândia”, ordenada pela administração pública da cidade de São Paulo, deixou evidente a desproporção de forças entre as partes, de um lado os “craqueiros”, pessoas acometidas pelo vício em uma droga “barata” com poder altamente destrutivo (ver Figura 1). A execução da ordem dada e executada, não foi coordenada com outras secretarias como: urbanismo, serviço médico e social, levantando suspeitas sobre o real interesse em “controlar” e “limpar” o centro da capital paulista (G1, 2017).

Figura 2 – Demonstração de força: policiais, escudos, cavalos e balas de borracha



Fonte: Folhapress foto de Marlene Bergamo.

A ação política e policial, provocou a reação de diferentes segmentos da sociedade, alguns apoiando outros contrários aos atos, considerando-os desumanos e arbitrários, o que culminou

em protestos que reuniram moradores da região atingida e parentes das pessoas retiradas a força e internadas compulsoriamente. A seguir, veremos algumas manifestações publicadas no *site* de notícias G1.

4.2 Fim da Cracolândia, viva centro

As opiniões dos leitores concentraram-se basicamente em enaltecer a ação do prefeito no sentido de “limpar” a cidade dos “craqueiros”, muitas foram as falas que enalteciam a cidade de São Paulo e sua atual gestão. Em outras era possível se perceber, algum tipo de preocupação com o fator humano ao qualificar os usuários de drogas como “doentes”.

QUEM DE SÃ CONSCIÊNCIA PODE SER CONTRA A REVITALIZAÇÃO DO CAMPOS ELÍSIOS? QUEM É A FAVOR AQUELE CAOS HUMANO E URBANO? OS VICIADOS ESTÃO DOENTES E NECESSITAM URGENTEMENTE SEREM INTERNADOS. O MOMENTO É AGORA NÃO PODE TER RECUO. FORÇA DORIA. (Escritos conforme original, comentário 375).

O comentário 375 traz o nome do bairro onde se localiza a área foco da ação da prefeitura, e questiona se haveria alguém contra a revitalização da área, chamada de “caos humano”. A força utilizada, apesar de suas consequências, inclusive com pessoas feridas, é legitimada pela frase “o momento é agora não pode ter recuo. Força Doria”, na qual se buscava a recuperação da “autenticidade do lugar”, em acordo com o que discute Zukin (2011). Para o autor, a busca por uma “autenticidade do lugar” pode apresentar-se como respeitosa e muitas vezes capitalizar um novo senso de lugar, que se distingue com a função de atrair capital financeiro para recuperar a região.

Em outra opinião, a generalização e tipificação das pessoas que estavam ou moravam na região afetada é vista como justificativa não apenas para apoiar o ato do prefeito, como também para parabenizá-lo, conforme vemos nos comentários 126 e 445. Especificamente a opinião 445 trata como se a área “merecesse” ser destruída por suspeitar que o local seja acometido por uma criminalidade endêmica, propícia para “propagação de bandidos”.

Ali não são pessoas pobres apenas são drogados que cometem vários crimes além de deixar o lugar intransitável... Doria tá de parabéns que continue a limpeza da cidade e oferecendo tratamento aos que querem se tratar. (Transcrito conforme original, comentário 126).

Para vcs que estão reclamando da retirada da cracolândia, porque não pegam um cracudo e levam para casa? ngm passa direito na rua da cracolândia porque tem medo, aquele ambiente não é só um amontado de mendigos e drogados e sim uma propagação de bandidos! DORIA PARA PRESIDENTE! (Transcrito conforme original, comentário 445)

Assim como o caso dos “flanelinhas”, pesquisado por Bretas e Saraiva (2009), a proposição “não são pessoas pobres apenas são drogados que cometem vários crimes” denota que os seres humanos ali não têm direito a qualquer tratamento humanizado, pois vistos como se fossem todos “criminosos”. Entretanto, a própria notícia divulgada falava sobre muitos moradores daquela rua, pessoas de baixa renda que pagam de aluguel entre R\$ 300,00 e 900,00, para viver na região.

Os baixos valores dos aluguéis, apontam para uma desigualdade social, aliada a um cenário de medo construído e amplamente propagado pela imprensa. Todo esse movimento promove o obscurecimento de grupos sociais, em geral composto tanto por trabalhadores em condição de

subemprego como daqueles que há muito foram abandonados pelo poder público. Situações que da maneira como são expostas, principalmente, na televisão remetem a mecanismos de discriminação existente (VELHO, 2008) reforçadores de desigualdade e segregação social.

Nesse sentido, até mesmo “cenas da vida real” com feridos e destruição passam a ser aceitas, naturalizadas, como vemos nesta fala: “Para revitalizar a região...sinto muito...tem que destruir alguma coisa...ou diria trocar?” (Transcrito conforme original, comentário 465). A afirmação “para revitalizar a região tem que destruir alguma coisa” reflete o pensamento de que a “cidade limpa” é mais importante do que a própria população desta mesma cidade. Ou ainda, pode indicar que as pessoas afetadas não constituem parte dessa população, ou ainda, que têm os mesmos direitos de outros moradores da urbe, podendo-se assim qualifica-las como “outra coisa” que não o ser humano, como visto no comentário 381.

Engraçado ver as pessoas traficando e os zumbis podia! Sou a favor da revitalização do centro, Dória foi único que pegou de frente este problema que infelizmente usou a força máxima se não estaria as ruas cheias de usurários doentes e traficantes! Aquilo estava um câncer em plena Luz! Viva Centro!!! (Transcrito conforme original, comentário 381).

A ambiguidade expressa no mesmo comentário que ora trata pessoas como “zumbis”, ora como “usuários doentes”, denota quanto esses indivíduos podem ser comparados até mesmo com “corpos e desejos”, assim como expostos por Souza e Bechler (2008), que impedem a manutenção da cidade bem projetada e higiênica. Se a cidade, conforme afirma Santos (2006), é maior que o espaço geográfico, para além dos mapas e da frieza dos materiais com os quais é construída, mas sim constituída também pelo “pulsar de vida” (PENSAVENTO, 2007), seria correto colocar sua revitalização acima do bem-estar de seus habitantes? Nem todo mundo concorda com isso, como veremos na próxima seção.

4.3 Vergonha na cidade e soluções paliativas

Para aqueles que conseguem enxergar a cidade para além de sua materialidade, aproximando-a da dinâmica processual e coletiva, permeada por elementos individuais e culturais, constituintes de uma identidade local, da qual se referem Saraiva e Carrieri (2012), expressam sentimentos que envolvem tristeza e vergonha, como vemos nos comentários 97 e 220.

Que tristeza, que vergonha, que constrangedor está sendo ser paulista nesse momento da vida. Que governo desumano, insensível. Onde já se viu tratar as pessoas desse jeito... Já sei, pequeno burguês, para você usuário de droga não é gente, bandido pobre bom é bandido morto... eu também me sinto constrangido por vc, que votou nesse monstro. Estamos mal, muito mal... estamos perdendo, e quem está ganhando é a especulação imobiliária, o dinheiro. Estamos socialmente doentes. (Transcrito conforme original, comentário 97).

Na ótica do Dória, se morrerem serão tres drogadictos a menos.....Esse cara é a vergonha da cidade. (Transcrito conforme original, comentário 220).

A fala acima (comentário 97) manifesta o constrangimento de “ser paulista” pela ocasião do ocorrido, demonstra enxergar a ação, para além da revitalização da cidade, colocando-a em confronto com a falta de humanidade com relação às pessoas que foram diretamente afetadas. Ou seja, ligada ao sentido humano da realidade urbana (PENSAVENTO, 2007). Outra questão é o reconhecimento do fator econômico ligado a especulação imobiliária, que precisa direcionar os usos do espaço público, delimitando fronteiras simbólicas de exclusão. Esse comentário traz ainda a constatação “Estamos socialmente doentes” que aponta para outro tipo de doença:

aquela que invisibiliza e impede a possibilidade de inserção social dos “esquecidos” pelo poder público.

O comentário 125 reforça a percepção que a ação da prefeitura, ou, personificada na figura do prefeito – que aprovou a utilização de força bruta – expressa certo descaso com os mais pobres e desassistidos. Considera, ainda, o ato em si como “loucura” ou “ódio” do gestor ao ver pessoas em situação de rua como protagonistas, como (sobre)viventes na cidade real aos quais se referem Honorato e Saraiva (2016).

O ódio de Dodó BBB pelos pobres chega a BEIRA DA LOUCURA, e o pior é que ele tem seguidores, ou fiéis ou bem pagos para disseminar esse ódio nas redes sociais. TUCANOS JÁ INCENDIARAM VÁRIAS VILAS DE PESSOAS POBRES, E ASSIM ESTÃO DEIXANDO A CIDADE LINDA, MAS PÚTRIDA! (Transcrito conforme original, comentário 125).

Os comentários 491 e 176 chamam a atenção para política higienista, destacando a “falta de humanidade” na sociedade. Ambas notícias usadas para construção deste texto, confirmam a parceria público-privada para recuperar a área, além de prever investimentos para construção de novas moradias “populares”, segundo afirma o prefeito. A exploração imobiliária, promovida pelos detentores do poder econômico, somente pode avançar em áreas já “limpas”, enquanto a responsabilidade pela “limpeza” é do poder público que precisa se apropriar da região, retirar os “dejetos” para “captar recursos” necessários para recuperação e revitalização urbana, bem como, recuperação do valor imobiliário após período de crescente degradação.

linha higienista preconceituosa, típica de débeis que se acham mais. Repúdio isso. (Transcrito conforme original, comentário 491).

Essa política higienista dorianiana de sp só mostra que falta muito mais humanidade na sociedade. Admiro em ver o gado aplaudindo. (Transcrito conforme original, comentário 176).

Já o comentário 486 expressa uma indignação profunda não apenas com a ação do prefeito em si, mas também com os eleitores, denominados “acéfalos” que não só elegeu um político-empresário como também aplaude, elogia e incentiva suas práticas de gestão, aplicadas até o momento. Além disso, destaca a política de exclusão adotada, semelhante a crítica de Koury (2010) ao questionar o conformismo e adequação dos modos dominantes, que buscam se reinventar, para manter a perpetuação da diferenciação, uma vez que grupos iguais podem ser mais facilmente moldados e submetidos.

ESSE EMPRESÁRIO QUE FOI ESCOLHIDO PELOS ACÉFALOS PAULISTANOS RECORREU A UMA METODOLOGIA DA IDADE MÉDIA... CHAMADA "EXCLUSÃO". QUEM BATE PALMA, ELOGIA, INCENTIVA, CUIDADO... POIS O PRÓXIMO PODE SER VOCÊ. POIS NA LÓGICA DA EXCLUSÃO, TODOS TEM QUE SER IGUAIS AO LÍDER, CASO CONTRÁRIO NÃO SERVEM. EM SÃO PAULO, TODOS SÃO MILIONÁRIOS, EMPRESÁRIOS, ALMOÇAM NO CIDADE JARDIM TODO DIA, TEM ORÇAMENTO DE 100 MILHÕES PARA GASTAR COM MARKETING??? NÃO? AH... ENTÃO JÁ ERA... (Transcrito conforme original, comentário 486).

As opiniões aqui reproduzidas apresentam caráter de agressividade e impessoalidade, tanto para reforçar o apoio ao prefeito e suas ações, quanto para se posicionar contra o ocorrido, demonstrando compaixão com as vítimas da atitude arbitrária do governo. Para Velho (2008), uma das possibilidades para se entender o processo de impessoalidade nas relações sociais, em maior ou menor grau, é vê-la como um contínuo no qual a vida na metrópole está localizada no polo máximo dessa impessoalidade, responsável ainda pela promoção do anonimato.

O indivíduo que mora nas ruas, que tem a calçada como colchão e céu como cobertor, defronta-se com “públicas governamentais, que voltam todos os esforços para uma limpeza relacional das calçadas” (SOUZA; BECHLER, 2008, p. 401) que o “rouba” o direito de viver. Não que seja uma vida considerada digna a um sujeito de direito, um cidadão, mas provavelmente este foi o “único” estilo de vida que consegue mantê-lo “vivo”. A rua, esse espaço aberto, deveria ser acessível a todos, entretanto “as diferenças no uso do mesmo espaço podem revelar desigualdades e hierarquias” (JAYME; NEVES, 2010, p. 609). Nesse sentido, Viegas e Saraiva (2015) consideram que a cidade pode ser o lugar para novas possibilidades de inserção social, tensionados por eixos políticos e sociais que vivificam a urbe. Mas será possível algum tipo de inserção social para quem é visto como “zumbi”, “bandido” ou “indigno” desmerecedor até mesmo do direito de existir?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou revelar como a prática recuperar no âmbito das cidades, a partir de ações de higienização e gentrificação, é percebida por pessoas que opinaram sobre a ordem dada e executada para retirada de pessoas da cracolândia na cidade de São Paulo. Trabalhamos com os comentários feitos a partir de duas notícias publicadas no portal de notícias G1. As reportagem noticiavam fatos que tiveram como consequências feridos e protestos em apoio as pessoas retiradas do local.

Os 540 comentários feitos a partir das reportagens mostraram cinco grupos distintos: ofensas ou onomatopeias; os que apoiaram a ação e o prefeito, mas sem vincular os fatos a revitalização da área; os que igualmente apoiaram, mas vinculando os atos a violência da região e por isso a necessidade de interferência do poder público para recuperar o local; aqueles que repudiaram a ação, com foco nas pessoas, considerando-as doentes – usuárias de crack – que precisam de assistência do poder público para tratamento adequado; e por último aqueles que também foram contrários a ação, uso da força bruta e que demonstraram a percepção de interesses não revelados.

Trabalhamos apenas com os grupos que direcionaram suas opiniões, contrárias ou favoráveis, aos processos de higienização e gentrificação. Entre os apoiadores, destacamos questões que envolvem estigma, discriminação e repúdio aquelas pessoas, o que justifica uma demonstração de força policial e demolição de moradias – com pessoas dentro como se pode ler na notícia. Entre os que se mostraram contra a ação do prefeito, sentimentos de vergonha e indignação, mesclados a constatação que vivemos em uma sociedade doente, que não enxerga o outro, legitimando assim a segregação e desigualdade social.

Se no espaço público está presente a diferença, a heterogeneidade, corroboramos com Carlos (2007), ao afirmar que o habitar está relacionado com ações articuladas em planos e escalas espaciais, na qual público e privado estão imersos e relacionados em histórias que são, ao mesmo tempo, particulares e coletivas.

Compreendemos a complexa realidade urbana, porém, o que vimos foi a reprodução da violência social, do racismo, da segregação e da exclusão. Essa população que “é vista”, mas não lembrada aparece distante do dia a dia da classe dirigente, apartada dos interesses políticos e cada vez mais longe de políticas públicas inclusivas. Isso acaba dando a impressão ao povo, principalmente àqueles invisibilizados, deixados à margem da sociedade, longe da possibilidade de inclusão social, alijados de direitos que a eles só resta mesmo a “força policial”, sem ter a quem ou o que recorrer, a rua é seu abrigo, sua casa, o seu lugar. A sociedade,

legitimada pelo poder público e incentivada pelos meios de comunicação, exclui, marginaliza e criminaliza pessoas sem dá-las o direito de defesa.

A “cidade loteada” pode ser vendida a quem “dá mais”? Interesses imobiliários que envolvem os detentores “do dinheiro”, aliados a governantes e políticos preocupados em “vender” bem a cidade podem se sobrepor aos direitos humanos? A cidade que se “vende” é muito diferente da cidade vivida, na qual a maior parte da população se mantém a espera de um país que sistematicamente se vê diante de grupos que estão preocupados na apropriação de dinheiro, de bens, de ganhos cada vez maiores, na atribuição de riquezas através de políticas concentradoras de renda, de jogos com regras próprias que interessam aos poucos e que, na prática, só servem para perpetuar a atual situação de desigualdade e exclusão sociais. Assim, retomamos a pergunta: cidade “linda” para quem?

REFERÊNCIAS

- BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S. Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. **Gestão Org.: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 11, n. 2, p. 247-270, maio/set. 2013.
- CANCLINI, N. G. Cidade e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, v. VIII, n. 1, p. 40-53, maio 2002.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CARRIERI, A. P; MARANHÃO, C. M. S. A; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n.6, p. 1315-1342, nov./dez. 2009.
- CARVALHO, M. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 70-82, out./dez. 2000.
- BERGAMO, M. Fotografia publicada no jornal online da Folha de São Paulo, **Folhapress**. Fotografia de Marlene. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886967-justica-impede-prefeitura-de-interditar-e-demolir-sem-aviso-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Editora Plano, 2008.
- G1-SP. **Três** ficam feridos na Cracolândia após Prefeitura demolir muro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/desabamento-fere-pessoas-na-cracolandia.ghtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- G1-SP. **Doria** diz que 'não há possibilidade de recuo' nas ações na Cracolândia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-nao-ha-nenhuma-possibilidade-de-recuo-nas-acoes-na-cracolandia.ghtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- HEDIN K.; CLARK E.; LUNDHOLM E.; MALMBERG G. Neoliberalization of Housing in Sweden: Gentrification, Filtering, and Social Polarization, **Annals... of the Association of American Geographers**, v. 102, n.2, p.443-463, 2012.
- HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 14, n. 36, p. 158-186, out./dez. 2016.
- JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.
- HOURY, M. G. P. Estilos de vida e individualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 41-53, jan./jun. 2010.

- LAAM, H. Gentrification with and against Nightlife 1979-1988. In: LAAM H. **The gentrification of nightlife and the right to the city**: regulating spaces of social dancing in New York. New York: Routledge, p.68-90, 2012.
- LOUREIRO, C.; AMORIM, L. Vestindo a pele do cordeiro: requalificação versus gentrificação no Recife. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, abr. 2013.
- MAISONNAVE, F.; SANT'ANNA, E. Descaminhos da cracolândia. São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://temas.folha.uol.com.br/descaminhos-da-cracolandia/introducao/falta-de-dialogo-emperra-acoes-de-haddad-e-alckmin-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v.27, n.53, p.11-23, jun. 2007.
- PEREIRA, P. Production of public space and everyday life in a gentrified area of Lisbon. **Portuguese Journal of Social Science**, v. 14, n. 2, p. 157–175, 2015.
- SANTOS, M. **Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 547-576, 2012.
- SHAW, S.; SULLIVAN, D. M. “White Night”: Gentrification, Racial Exclusion, and Perceptions and Participation in the Arts. **City & Community**, Washington DC, v.10, n.3, p. 241-264, Sep./2011.
- SOARES, P. R. R. Metamorfoses da metrópole contemporânea: considerações sobre Porto Alegre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, p. 129-143, 2006.
- SOUZA, E. L. A.; BECHLER, J. Labirintos na cidade contemporânea. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 390-403, 2008.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997.
- VELHO, G. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.
- VENTURINI, E. Acidade dos outros. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 2, p. 203-222, mai./ago. 2009.
- VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 68-94, set./out. 2015.
- ZUKIN, S. Reconstructing the authenticity of place. **Theory and Society**, Dordrecht, v. 40, n. 2, p. 161-165, Feb./2011.
- WACQUANT, L. Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o estado na pesquisa urbana recente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, jan./abr. 2010.